

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL – 17 DE FEVEREIRO DE 2023

ENCAMINHAMENTOS DA DEN DO SINAIT

A Diretoria Executiva Nacional do Sinait – DEN convocou todos os Auditores-Fiscais do Trabalho filiados e não filiados ao Sinait para Assembleia Geral Nacional – AGN a ser realizada entre os dias 25 e 27 de fevereiro de 2023, no modo eletrônico/on-line, com três itens de pauta única a serem deliberados, todos vinculados à proposta de reajuste salarial apresentada pelo governo a todos os servidores do Poder Executivo Federal. O governo propôs 7,86% de reajuste nos vencimentos, bem como um reajuste de 43% no vale alimentação, saindo dos atuais R\$ 458,00 para R\$658,00.

Considerando que, como se vê, a presente negociação não tem os contornos de negociações comumente realizadas por mesas setoriais de negociação, onde as realidades de cada carreira são tratadas de modo singular ou ao menos são consideradas em caráter relevante, restando claramente um caráter coletivo e geral ao funcionalismo do Poder Executivo Federal;

Considerando que a referida proposta não representa o esgotamento da capacidade orçamentária autorizada pelo Congresso, de 11,2b para 2023, ou seja, que é possível avançar para patamares de reposição na casa dos 10% ou mais a partir de maio do presente ano;

Considerando que a anualização do índice de reposição a ser concedido com base no orçamento autorizado para 2023, refletirá em relação a 2024, gerando maiores expectativas sobre o índice que orientará a Lei Orçamentária de 2024, ou seja, com 7,86% a partir de março/23, ter-se-á para 2024 7,86% a partir de janeiro; com quase 10% a partir de maio/23, ter-se-á quase 10% a partir de janeiro de 2024.

Dessa forma, **A ORIENTAÇÃO DA DEN É:**

Item 1 da pauta: PELA REJEIÇÃO DA PROPOSTA, que sequer repõe as perdas dos últimos seis anos.

Item 2 da pauta: PELA APROVAÇÃO do Estado Permanente de Assembleia, dado o caráter urgente das deliberações que se apresentam no curso da negociação em andamento;

Item 3 da pauta: PELA APROVAÇÃO, dada a necessidade de conferir à DEN as condições necessárias de compor contrapropostas mais benéficas para os AFT representados.

A pauta específica dos Auditores-Fiscais do Trabalho que é a regulamentação do bônus de eficiência segue sendo tratada no ministério do Trabalho e Gestão e Inovação.

Todos à Assembleia Geral Nacional!

Bob Machado, pela
Diretoria Executiva Nacional - DEN